

Descriptive translation studies: uma revisão crítica

Marcia Amaral Peixoto Martins

Resumo

O objetivo deste artigo é, em um primeiro momento, fazer uma breve revisão das principais contribuições do modelo teórico dos Descriptive Translation Studies (DTS), desenvolvido em meados dos anos 70 por um grupo de estudiosos de Israel e dos Países Baixos preocupados com o estudo da literatura traduzida, para em seguida apontar alguns problemas e lacunas teóricas que não parecem ter sido satisfatoriamente resolvidos em posteriores refinamentos da teoria. A abordagem descritivista fundamenta-se nos seguintes pressupostos: (i) uma visão da literatura como um sistema dinâmico e complexo; (ii) a convicção de que deve haver uma interação permanente entre modelos teóricos e estudos de caso; (iii) uma abordagem da tradução literária de caráter descritivo (portanto, não normativa) e voltada para o texto-alvo, além de funcional e sistêmica; e (iv) um interesse pelas normas e coerções que governam a produção e a recepção de traduções, pela relação entre a tradução e outros tipos de reescritura e pelo lugar e função da literatura traduzida tanto num determinado sistema literário quanto na interação entre literaturas. Nos últimos vinte e cinco anos, a abordagem descritivista vem informando inúmeros estudos sobre o sistema de literatura traduzida de inúmeras culturas, principalmente européias, mas ainda apresenta alguns problemas que precisam ser melhor trabalhados no âmbito da teoria. Entre estes, destacamos o risco de incorrer num "descritivismo" puro e simples, desprovido de uma elaboração crítica, e a relativa despreocupação em explicitar os fundamentos epistemológicos da teoria e em (re)definir conceitos importantes.

Palavras-chave:

Teoria dos polissistemas. Estudos descritivos da tradução. Normas de tradução.

Em meados dos anos 70, um grupo de estudiosos de Israel e dos Países Baixos, egressos da área da literatura comparada, propôs um novo paradigma para o estudo da tradução, mais especificamente da literatura traduzida. Assim se desenvolveu o modelo teórico dos *Descriptive Translation Studies* (DTS), fundamentado nos seguintes pressupostos: (i) uma visão da literatura como um sistema dinâmico e complexo; (ii) a convicção de que deve haver uma interação permanente entre modelos teóricos e estudos de caso; (iii) uma abordagem da tradução literária de caráter descritivo (portanto, não normativa) e voltada para o texto-alvo, além de funcional e sistêmica; e (iv) um interesse pelas normas e coerções que governam a produção e a recepção de traduções, pela relação entre a tradução e outros tipos de reescritura e pelo lugar e função da literatura traduzida tanto num determinado sistema literário quanto na interação entre literaturas (Hermans, 1985, p. 10-11). Motivados, assim, por um espírito de reação não só ao predomínio da lingüística e às suas supostas limitações com respeito à análise de textos literários, mas também às abordagens tipicamente prescritivas que predominavam desde os primórdios das reflexões sobre tradução, esses estudiosos se propuseram a oferecer alternativas que lhes pareciam plausíveis. Em termos teóricos, houve um deslocamento do foco das pesquisas, que deixam de se voltar para hipotéticas traduções ideais fundadas em juízos de valor e se concentram em questões analíticas daqueles textos que, mesmo "imperfeitos" segundo alguns parâmetros de avaliação supostamente "universais", funcionam como traduções numa determinada sociedade (Gentzler, 1993, p. 73).

Desde então, a abordagem descritivista vem informando inúmeros estudos sobre o sistema de literatura traduzida de inúmeras culturas, principalmente européias, em virtude da atuação de estudiosos como José Lambert, Lieven D'hulst, Gideon Toury, Theo Hermans e André Lefevere (falecido em 1996), vinculados a instituições acadêmicas belgas, holandesas, israelenses e britânicas. No entanto, como qualquer modelo, associa grande instrumentalidade para determinados tipos de estudo a problemas e lacunas teóricas. O objetivo deste artigo é, em um primeiro momento, fazer uma breve revisão das principais contribuições dos DTS, para em seguida apontar alguns desses problemas e lacunas que não parecem ter sido satisfatoriamente resolvidos em posteriores refinamentos da teoria.

Os Descriptive Translation Studies

O modelo dos DTS fundamenta-se na suposição de que traduzir é uma atividade orientada por normas culturais e históricas; a própria escolha dos textos a serem traduzidos, as decisões interpretativas tomadas durante o processo tradutório e a divulgação, a recepção e a avaliação das traduções são fatores consideravelmente influenciados pelos distintos contextos socioculturais observados em momentos específicos da história. Esse modelo leva o estudioso a considerar os vários elementos que concorrem para a natureza de uma tradução,

em análises que poderão enfocar uma grande variedade de traduções produzidas num certo período, o desenvolvimento histórico da tradução e suas funções culturais em uma determinada sociedade, e a influência do mercado editorial na produção e disseminação de obras traduzidas. Os estudos descritivos analisam as traduções inseridas em uma situação comunicativa, na tentativa de determinar os vários fatores que contribuíram para criar diferentes produtos. As tradicionais preocupações essencialistas dão lugar a uma visão funcionalista, na medida em que o novo paradigma tenta explicar as estratégias textuais que determinam a forma final de uma tradução e o modo como esta funciona (ou seja, o lugar sistêmico que ocupa) na literatura receptora. Procura, ainda, entender as razões que levaram o tradutor a recorrer a certas decisões e estratégias, além de chamar a atenção para as condições sociohistóricas que permeiam a sua atividade, oferecendo, assim, uma idéia mais clara dos mecanismos que permitem às traduções funcionarem (ou não) na cultura de recepção. Para o estudioso, o que importa é determinar o lugar que uma tradução ocupa dentro do sistema literário da língua-alvo, e não mais verificar até que ponto o texto traduzido consegue refletir o chamado original. Uma abordagem descritiva dá conta, por exemplo, das circunstâncias que levam um tradutor a evitar, atendendo a anseios percebidos na sua cultura de origem, a mera reprodução da estética que nela prevalece, preferindo introduzir novos modelos poéticos inspirados na forma do texto-fonte.

Esse enfoque certamente contribuiu para uma valorização das traduções, concebidas pela abordagem convencional, prescritiva, como simples "cópias". Pelo paradigma proposto, a teoria da tradução, até então encarregada de determinar métodos de tradução apropriados (Newmark, 1982, p. 19) e de desenvolver um sistema a partir do qual possa julgar o *produto*, passa a preocupar-se em desenvolver um modelo para ajudar a explicar o *processo* que leva à versão final. Segundo Theo Hermans (1985), o papel da teoria é fornecer uma moldura sistemática para reunir dados, organizá-los e explicá-los (p. 12). A visão de Hermans da relação ideal entre teoria e prática é bastante semelhante à de Siegfried Schmidt (1982 e 1989), expoente da ciência da literatura empírica alemã, outro influente paradigma europeu. Os DTS realizam estudos de caso com base na moldura teórica esboçada e o *feedback* da pesquisa prática tem o efeito de confirmar, modificar ou ampliar o aparato teórico. Essa é uma das características das abordagens empíricas, que adotam o método indutivo, como os DTS. Note-se que o adjetivo "empírico" deve ser percebido, aqui, como relacionado a "empiricidade", ou seja, à aplicação da teoria e sua realimentação com os resultados obtidos, e não a "empirismo", no sentido de localizar a origem do conhecimento humano unicamente na experiência sensível externa ou interna, conceito associado ao positivismo lógico.¹

¹ Segundo Schmidt (1989), o postulado de empiricidade não se confunde com as exigências positivistas que consideram válidas apenas as afirmações puramente observacionais. Para o teórico alemão, empiricidade refere-se ao "modelo de realidade considerado válido por um grupo de cientistas em determinado momento" (SCHMIDT, 1989, p. 44).

A teoria dos polissistemas

A teoria dos polissistemas foi esboçada por Itamar Even-Zohar nos anos de 1969 e 1970, na tentativa de resolver certos problemas muito específicos relacionados à teoria de tradução e ao complexo desenvolvimento da literatura hebraica (Even-Zohar, 1990, p. 1). O modelo, que já foi objeto de alguns refinamentos por parte do próprio autor, fundamenta-se na concepção sistêmica da literatura do formalismo russo, desenvolvida no âmbito do Círculo Lingüístico de Moscou (1914-5). As idéias dos formalistas caracterizavam-se justamente pela recusa do historicismo vigente no século XIX e de interpretações extraliterárias das obras, rompendo, assim, com a análise concebida em termos de causalidade mecânica, que trazia para as investigações do literário o biografismo, o psicologismo, a história literária e a sociologia, em prol de uma preocupação exclusiva com o texto (Carvalho, 1986, p. 43 e 46). Consideravam o texto um sistema fechado, do qual se deveria fazer uma análise interna, tendo como pressuposto subjacente o princípio da imanência da obra. Com essa concepção de arte (aí incluindo a literatura) acentuadamente esteticista e imanentista, pretendiam neutralizar a possibilidade de vê-la como fenômeno psíquico e social.

A teoria dos polissistemas aproveita principalmente as idéias da segunda fase do movimento, com especial destaque para as contribuições de Yuri Tynianov (1976), que, fugindo do puro imanentismo, procurou dotar o modelo de perspectiva histórica e levar em conta as realidades sociais. Even-Zohar buscou o conceito de sistema de Tynianov, que abrange diferentes sistemas literários estruturados hierarquicamente e em permanente estado de transformação, para informar a sua idéia de *polissistema*: um agregado de sistemas constituído de todo tipo de textos literários, semiliterários e extraliterários existentes em uma dada cultura (Gentzler, 1993, p. 115). Nesse "sistema de sistemas" heterogêneo, os diversos gêneros, tendências ou "escolas" estão constantemente competindo entre si pela preferência dos leitores, assim como por prestígio e poder.

Um polissistema seria, então, uma rede fechada de relações na qual o valor de cada elemento é uma função das relações específicas das quais participa (Even-Zohar, 1990, p. 9). Mas como ele é, também, uma estrutura aberta composta de várias redes simultâneas de relações, a idéia de uma multiplicidade de relações na heterogeneidade da cultura fica bem ressaltada através do prefixo "poli-". Como aponta Lefevere (1981), o termo polissistema denota que uma literatura jamais se configura como o conjunto monolítico que os livros didáticos tendem a apresentar, mas sim como uma combinação de tendências diferentes, freqüentemente antagônicas, entre as quais predomina o conjunto de obras literárias que pertencem aos cânones de cada época (p. 55).

Segundo o modelo de Even-Zohar, as coerções impostas ao polissistema literário por seus vários co-sistemas semióticos

(religiosos, políticos, socioeconômicos etc.) contribuem para as relações hierárquicas que determinam a estratificação literária. Os elementos do polissistema estão em contínua luta, na medida em que são hierarquicamente posicionados: alguns ocupam uma posição mais central do que outros, sendo considerados centrais ou periféricos, primários (inovadores) ou secundários (conservadores). A formação dos cânones é atribuída a relações de poder intra-sistêmicas; as relações entre centro e periferia são definidas pela estratificação dinâmica de um sistema e decorrentes das mudanças geradas pela luta permanente entre os estratos.² O que mantém uma cultura, portanto, são as tensões dinâmicas, por permitirem a evolução (no sentido de transformação) do sistema.

Segundo esse modelo, um dos sistemas existentes nos polissistemas literários é o de literatura traduzida, autorizado pelo papel das traduções “na sincronia e diacronia de uma dada literatura” (Even-Zohar, 1978, p. 15). A literatura traduzida pode ter um papel *inovador*, quando provoca mudanças, ou *conservador*, quando se atém às normas dominantes. Além disso, pode ocupar uma posição *central*, quando participa ativamente da formação do centro do seu polissistema, integrando o conjunto de forças inovadoras, ou *periférica*, quando há uma forte tendência a empregar modelos secundários. A centralidade da literatura traduzida pode decorrer de três fatores: (i) um polissistema ainda não cristalizado, ou seja, uma literatura ainda “jovem”, em fase de desenvolvimento; (ii) uma literatura nacional “periférica” e/ou “fraca”, e (iii) momentos decisivos, crises ou vácuos em uma literatura, abrindo espaço para a infiltração de modelos estrangeiros. Nesses casos, as traduções contribuem para o enriquecimento do polissistema nacional, no qual introduzem novos modelos, uma nova linguagem poética, novas formas métricas, novas técnicas (Even-Zohar, 1990, p. 45-46). No caso brasileiro, um exemplo de (ii) é a importação de romances estrangeiros no século XIX, quando um grande interesse pela narrativa de ficção gerou um desequilíbrio entre a procura e a produção nacional.

Já quando a literatura traduzida ocupa uma posição periférica, praticamente não exerce influência sobre a literatura nacional e costuma reproduzir a estética vigente, assumindo um papel conservador (ibidem, p. 46-47), como ocorreu com a poesia brasileira no período posterior a 1922. Segundo John Milton, nesse momento “a maioria das traduções conservou as formas parnasianas desatualizadas, enquanto os inovadores do movimento modernista procuraram raízes brasileiras” (1998, p. 187).

A posição ocupada pela literatura traduzida vai, naturalmente, afetar as convenções tradutórias, as preferências literárias e a política editorial com respeito a material traduzido. Quando as obras traduzidas ocupam uma posição central, cria-se um clima propício à introdução de novos modelos poéticos baseados na forma do texto de partida, que disputam espaço com os modelos disponíveis na literatura do sistema-meta. Podemos citar, como ilustração, as

² A diferença entre a visão polissistêmica e a unissistêmica é que, na segunda, as periferias são concebidas como categoricamente extra-sistêmicas.

traduções de Homero feitas por Johann Heinrich Voss, que consagraram o hexâmetro como a métrica dominante no período clássico da literatura alemã (Lefevere, 1981, p. 58).

A perspectiva funcionalista de Even-Zohar não determina antecipadamente aquilo que uma tradução é ou deveria ser, ou em que medida deve corresponder a um original. Sua proposta é examinar essas questões do ponto de vista das condições que operam na literatura receptora. A importância de uma dada tradução é determinada exclusivamente pela posição que supostamente ocupou – ou ocupa – no processo de inovação ou preservação de um sistema literário na cultura de chegada. A idéia de “reprodução do original” desaparece para dar lugar a um novo *status* do texto traduzido; este passa a constituir uma nova categoria tipológica e a fazer parte integrante da cultura receptora.

Essa abordagem teórica funcional e relacional, com a sua consideração dos aspectos socioculturais, introduziu, portanto, uma nova perspectiva nos estudos da tradução, onde predominavam as abordagens normativas fundamentadas em concepções de tradução essencialistas e anistóricas. Edwin Gentzler (1997) chega a considerá-la “talvez o mais substancial avanço teórico” no campo dos estudos da tradução. Inspirados pela nova perspectiva, os estudiosos da área, até então preocupados em descrever traduções específicas, voltam seu interesse para o processo de produção de traduções como um todo e para o seu impacto nas transformações sofridas pelo sistema literário.

A ênfase no pólo receptor

As idéias de Even-Zohar a respeito da literatura como um polissistema foram expandidas por Gideon Toury, que as aplicou ao estudo das traduções literárias e introduziu o conceito de *normas de tradução*. Defendendo uma sistematicidade para os estudos descritivos da tradução – a qual, por sua vez, depende da elaboração de um método explícito, teoricamente bem fundamentado, que permita generalizações válidas e testáveis sobre tradução literária – procurou desenvolver uma “teoria geral da tradução” em seu livro *In Search of a Theory of Translation*, de 1980, um dos estudos mais citados e influentes dos últimos anos, posteriormente retomado na obra *Descriptive Translation Studies and Beyond*, de 1995. Nos artigos que compõem a publicação de 1980, voltada para o estudo da tradução literária no seu contexto de recepção, Toury analisa a natureza e o papel das normas nesse tipo de tradução e examina métodos possíveis para o seu estudo. Como o seu ponto de partida é o produto – chegando a definir tradução como todo texto assim visto no sistema alvo – postula que cabe, primeiro, determinar a posição da tradução nos sistemas receptores, para depois examinar as relações entre o texto traduzido e o original. Em princípio, é a *função* potencial de uma tradução no sistema que determina sua realização linguístico-textual, ou seja, o *produto*, o qual, por sua vez, governa tanto as estratégias através das

quais o texto-alvo é gerado a partir de um texto-fonte quanto as relações que os mantêm integrados, ou seja, o *processo*. Sua proposta é apresentada como uma alternativa mais viável para as teorias de tradução clássicas – as quais, ao postularem para a tradução o caráter de cópia especular do original, assumem uma natureza inevitavelmente prescritiva.

Toury parte, portanto, da teoria dos polissistemas formulada por Even-Zohar e da definição da disciplina Estudos da Tradução, proposta por James Holmes em 1972, para desenvolver seus estudos descritivo-explanatórios, por natureza empíricos e indutivos. Considera os estudos de campo e de caso absolutamente necessários, visto ser a teoria um construto tentativo, que depende do sucesso de sua aplicação para se sustentar. Hipoteticamente, o processo é bidirecional: os estudos de caso seguem a orientação do aparato teórico, e seus resultados confirmam e/ou modificam o modelo (Hermans, 1985, p.12), num padrão recursivo que constitui um dos principais fundamentos dos estudos descritivos.

Devido à perspectiva semiótica que perpassa o modelo, a função tem prioridade lógica em relação às realizações textuais. Como já foi observado, parte-se do princípio de que as traduções destinam-se a preencher determinados espaços – isto é, a ter uma função específica – no contexto cultural em que surgem; conseqüentemente, a manutenção ou a eliminação de determinadas características do texto-fonte devem-se não à sua importância inerente, mas à sua pertinência para o pólo receptor, ou seja, na medida em que a presença ou ausência de tais características forem uma condição necessária para que a tradução ocupe a posição pretendida no sistema-alvo. No entanto, também interessa aos DTS investigar os casos em que há um “desvio de função”, ou seja, em que a tradução de uma obra literária, inicialmente destinada a funcionar como um texto igualmente literário no sistema receptor, é por este rejeitada, ou relegada a uma posição que não havia sido prevista.

Toury define *norma* – conceito central em sua teoria – como “a tradução de valores gerais e idéias compartilhadas por uma dada comunidade com relação ao que é certo e errado, adequado e inadequado, em instruções de desempenho aplicáveis a situações específicas, desde que não sejam (ainda) formuladas como leis”³ (1980, p. 51). Trata-se, em outras palavras, de coerções comportamentais internalizadas que incorporam os valores compartilhados por uma comunidade e governam as decisões tradutórias que não são ditadas pelos dois sistemas lingüísticos envolvidos.

Observadas em todos os estágios do processo tradutório, as normas, adquiridas durante a história de socialização⁴ dos indivíduos, não são absolutas, mas sim sociohistóricas, podendo ser usadas para caracterizar o “horizonte de expectativas” do tradutor e da sua cultura. São elas, portanto, que possibilitam o estudo da tradução como um fenômeno histórico e cultural. Não é fácil explicar as normas de

³ Definição formulada no âmbito da sociologia.

⁴ Processo pelo qual um indivíduo é integrado num grupo social, aprendendo e internalizando as normas sociais aceitas pelo grupo, as capacidades e habilidades necessárias para observá-las, e os valores e convicções que constituem a cultura do grupo (Fuchs et al., 1973, apud Schmidt, 1982: 13).

tradução, principalmente devido a duas características inerentes ao próprio conceito, a saber, a especificidade sociocultural das normas, que são criadas dentro do sistema, e a sua instabilidade. No entanto, Toury acredita que seja possível reconstruí-las a partir tanto da análise dos textos traduzidos, vistos como produtos onde aparecem os resultados de uma ação regida por normas, quanto de comentários ou formulações extratextuais, semiteóricas ou críticas feitas por tradutores, editores, críticos e outros; esses comentários podem constituir *paratextos* (prefácios e notas que acompanham uma tradução) ou *metatextos* (comentários, resenhas e críticas publicadas em revistas, jornais, livros e obras de referência em geral). Como essa possibilidade de reconstrução objetiva das normas pode ser questionada – principalmente no atual momento de reflexão a respeito de fenômenos sociológicos, antropológicos e culturais, na medida em que as pressupõe estáticas e atribui uma postura supostamente objetiva e neutra ao observador – voltaremos a ela mais adiante.

Ainda em relação às idéias de Toury, a existência de normas tem, por sua vez, o efeito de redefinir o conceito de *equivalência*. Esse conceito fundamental nos estudos da tradução, tradicionalmente anistórico e, de modo geral, prescritivo, é revisto por Toury, que lhe agrega uma dimensão de historicidade. Sob esse aspecto, vai de encontro a certas abordagens contemporâneas, que procuram desfazer-se da noção de equivalência. Ao invés de referir-se a uma única relação entre texto de partida e texto de chegada, denotando um tipo recorrente de invariante, *equivalência* passará a designar qualquer relação que tenha caracterizado a tradução em dadas circunstâncias. Assume, portanto, um caráter *funcional e relacional*, denotando aquele conjunto de relações que aparentemente caracterizavam desempenhos tradutórios como *apropriados* ou *não apropriados* (Toury, 1995, p. 61). A concretização do postulado de equivalência vai depender da posição ocupada pela tradução – como atividade e como produto – na cultura receptora.

Um outro conceito importante para Toury é o de *coerção*. Seu modelo postula que a tradução, na sua dimensão sociocultural, está sujeita a coerções de diversos tipos e graus de intensidade, que transcendem o nível do texto-fonte, as diferenças sistêmicas entre as línguas e as tradições textuais envolvidas, ou mesmo as possibilidades e limitações do aparelho cognitivo do tradutor como um mediador necessário (1995, p. 54).

O conceito de patronagem

Embora partindo igualmente do formalismo russo, do estruturalismo checo e da teoria dos sistemas, um outro importante membro do grupo descritivista, o belga André Lefevere, acabou seguindo um percurso diferente, na medida em que foi abastecer-se em fontes como Ludwig Wittgenstein, Michel Foucault e Siegfried Schmidt, além da sociologia da literatura e da história cultural. Lefevere compartilha das idéias de Even-Zohar e Toury, que priorizam

o referencial do pólo receptor, concebendo a tradução como um sistema que interage com vários outros sistemas semióticos deste pólo e como uma força modeladora de sua literatura, mas acrescenta-lhes novas dimensões, das quais as mais destacadas são a política e a de poder. Ele enfatiza o papel dos *"agentes de continuidade cultural, do contexto receptor na transformação de textos e criação de imagens de autores e culturas estrangeiras, bem como o da tradução na criação de cânones literários"* (Vieira, 1996, p. 138). Explícita, portanto, não só a dimensão da chamada "patronagem", ou estruturas de poder, como também a relação de interdependência e influência recíproca entre as traduções e as culturas receptoras.

Suas idéias com respeito à interação do texto traduzido com a cultura e suas estruturas de poder são fundamentais para se entender o papel das editoras e das instituições que, através de incentivo e patrocínio, interferem nas decisões editoriais e na implementação de políticas culturais.

Para Lefevere, o sistema literário e o social influenciam-se reciprocamente e operam sob um mecanismo de controle constituído por dois elementos, sendo um *interno* e o outro *externo* ao sistema literário. O elemento interno, que trabalha de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo segundo elemento, é representado por intérpretes, críticos, revisores, professores de literatura e tradutores – enfim, por reescritores, na concepção de Lefevere, que considera a tradução um tipo de reescritura, definida como o resultado de uma complexa articulação do sistema literário com outras práticas institucionalizadas e outras formações discursivas, como as religiosas e científicas (Lefevere, 1990, p. 13). A ação do mecanismo de controle interno (ou seja, dos reescritores) pode ser no sentido tanto de reprimir certas obras que contrariam as concepções de literatura (a *poética*) e de mundo (a *ideologia*) predominantes numa dada sociedade, num dado momento, quanto de adaptar as obras literárias de modo a fazê-las corresponder à poética e à ideologia da sua época (1985, p. 226). É interessante observar, ainda, que a tradução, muitas vezes, enseja várias reescrituras ao mesmo tempo, embora em modalidades diferentes.

O segundo elemento de controle percebido por Lefevere, e que opera basicamente fora do sistema literário, é a já mencionada patronagem, termo que designa *"os poderes (pessoas, instituições) que auxiliam ou impedem a escritura, a leitura e a reescritura da literatura"* (ibidem, p. 227) e cuja conceituação vem enriquecer a proposta de contextualização sociocultural das traduções apresentada por Toury. O interesse mais direto da patronagem é a ideologia, deixando a poética por conta dos reescritores aos quais delega autoridade. A estrutura de poder consiste de três elementos, que interagem de várias formas: o componente ideológico (papel de qualquer tipo de censura, por exemplo), o econômico (papel do mecenato e de agências de fomento à cultura) e o de prestígio. A patronagem pode ser exercida por pessoas isoladamente, coletividades, editores e a mídia, que

normalmente atuam através de instituições que regulam a escrita e a disseminação da literatura: academias, órgãos de censura, suplementos de crítica e o sistema educacional.

Um abrangente relato do papel das traduções, talvez o mais completo até o momento, é apresentado por ele no artigo "Translation: Its genealogy in the West" (1990), como já havia apontado Vieira (1996):

Dentre os seus papéis, a tradução preenche uma necessidade, pois o público terá acesso ao texto; permite a expansão de uma língua; confere autoridade a uma língua; introduz novos recursos na literatura receptora; pode constituir uma ameaça à identidade de uma cultura; pode ser usada como meio de subversão de autoridade; pode exercer um papel importante na luta entre ideologias rivais ou poéticas rivais; pode conferir uma certa imunidade na medida em que os ataques à poética dominante podem passar como traduções; pode conferir à autoridade inerente a uma língua de autoridade a um texto originalmente escrito em outra língua que não a tem; por um efeito cumulativo, a tradução estabelece um cânone translingüístico e transcultural. (p. 146)

Revisão crítica

Como já foi dito, o paradigma teórico dos DTS, uma vez consolidado, deu origem a uma plethora de pesquisas sobre o sistema de literatura traduzida de inúmeras culturas, principalmente européias. O modelo propicia, através de cortes tanto sincrônicos quanto diacrônicos, estudos de séries de traduções inseridas em um mesmo sistema receptor (examinando, por exemplo, todas as traduções já realizadas de uma determinada obra ao longo do tempo); da produção tradutória de um mesmo tradutor; da introdução de novos gêneros ou modelos textuais num sistema cultural via tradução (como o papel dos folhetins traduzidos do francês no surgimento da prosa ficcional no sistema literário brasileiro, como examinado em Aguiar, 1999); das estratégias tradutórias adotadas ou mesmo impostas num momento específico vivido por uma cultura (enfocando, por exemplo, a tradução em épocas de censura, de preconceito generalizado, de guerra, de regimes autoritários etc.), entre outros enfoques possíveis. Além disso, a perspectiva descritivista de certa forma autorizou o estudo de subsistemas periféricos, como a literatura de massa, e de textos supostamente traduzidos que não provinham de um original canônico, denominados *pseudo-traduições* por Tourny (1995), como foi o caso dos supostos poemas de Ossian, que provocaram enorme sensação em meio ao nascente movimento romântico, na segunda metade do século XVIII. A obra, atribuída a um celebrado poeta celta e aparentemente descoberta pelo tradutor, o escocês Macpherson, foi denunciada como apócrifa por Samuel Johnson, mas não antes de provocar a chamada "febre de Ossian", sinônimo de sentimentalismo e clima gótico. Tanto os sistemas

periféricos de um dado polissistema quanto as chamadas pseudo-traduições passaram a ser considerados objetos legítimos de pesquisa sob uma perspectiva descritivista.

No entanto, em que pesem as contribuições teórico-metodológicas do paradigma descritivo para as pesquisas em tradução – inclusive de cunho historiográfico – extremamente valorizadas nos anos oitenta, a partir da década seguinte alguns aspectos mais problemáticos foram sendo apontados e analisados, tanto em conjunto – como em Gentzler (1993), Vieira (1996) e Martins (1999), que enfocam as reflexões dos três teóricos citados – quanto separadamente, como em Zlateva (1990) e Hermans (1995), que questionam os conceitos de adequação e aceitabilidade formulados por Toury (1995), e em Rodrigues (2000), que desconstrói o conceito de equivalência de teorias logocêntricas, nas quais inclui a abordagem descritiva. Na medida em que os problemas levantados não parecem estar sendo resolvidos satisfatoriamente, o modelo pode se enfraquecer e tornar-se pouco eficiente.

Neste ensaio, por questões de espaço e foco pretendo abordar apenas alguns desses problemas, na expectativa de conseguir suscitar discussões que levem a refinamentos da teoria.

Um problema observado no modelo de Even-Zohar é o fato de trabalhar com conceitos dicotômicos como os de *centro* e *periferia*, hoje muito questionados. Embora o teórico ressalve que, com o polissistema, não se pode mais pensar em termos de um centro e de uma periferia em que, dentro do movimento centrífugo *versus* centrípeto, fenômenos do centro dirigem-se para a periferia e vice-versa, num processo unicamente diacrônico, o estrato central permanece associado à cultura oficial, que se manifesta na linguagem padrão, na literatura canonizada e nos padrões de comportamento da classe dominante. Dessa forma, o centro de um polissistema equivale ao mais prestigioso repertório canônico. Em refinamentos posteriores, seria interessante que Even-Zohar problematizasse os conceitos de *centro* e *periferia* e introduzisse uma discussão sobre o espaço que tendências centrais e periféricas encontram em perspectivas pós-modernas e no multiculturalismo. Torna-se difícil continuar trabalhando com essas noções sem que sejam repensadas. Hoje, de um modo geral, teorias da diferença, que privilegiam um dos elementos da oposição, dão lugar a teorias da complexidade, em que o modelo alternativo do “ou/ou” se vê substituído pela fórmula do “e+e+e”, como propõem Niklas Luhmann e Siegfried Schmidt em reflexões produzidas a partir da década de 80.

A proposta universalizante de Toury também pode ser problemática, como Gentzler (1993) já observou. Aparentemente, segundo essa proposta, tudo pode ser explicado e explicitado, não dando margem para a ocorrência de desvios e exceções – e, muito menos, para a investigação destes. No entanto, a idéia de formular uma “teoria geral da tradução” parece tanto ambiciosa quanto implausível, merecendo ser repensada e relativizada.

Ainda em relação às idéias de Toury, uma outra questão a ser levantada é, como já adiantamos, o postulado de que é possível *reconstruir* as normas adotadas em uma tradução a partir da análise do resultado da atividade tradutória. Isso porque, na medida em que o observador é um sujeito sociohistórico, tanto quanto o autor do texto de origem e o tradutor, como garantir a neutralidade e a objetividade da sua observação, por menos prescritiva que seja a sua atitude? Na verdade, o que o pesquisador pode fazer é *criar hipóteses* a respeito das normas adotadas, hipóteses essas cuja plausibilidade é determinada intersubjetivamente. A validade, em si, das hipóteses construídas, para quem elas são válidas e por quanto tempo, são interrogações para as quais não há respostas objetivas e, sim, minimamente plausíveis. Além disso, como também critica Gentzler, Toury define as normas culturais como regras estáticas e reduz as múltiplas tendências dentro de épocas históricas a leis unificadas de comportamento. Milton (1997) diz que, na percepção de Gentzler, *"a impressão dada é que cinco ou seis normas são aplicáveis a todos os textos"*. Novamente, no entanto, o modelo, não relativiza essas questões.

Um dos efeitos dessa ambição universalizante é possibilitar leituras simplistas do modelo – como a que autoriza atitudes de puro *"descritivismo"*. A tendência a esse tipo de atitude pode decorrer, em parte, da relação dos DTS com a literatura comparada, como será exposto a seguir. Assim como os estudos comparatistas são concebidos por alguns como um ramo da história literária⁵, os estudos descritivos da tradução também podem ser vistos como um ramo da literatura comparada, como propôs Mary Snell-Hornby (1988), ou mesmo da história literária, dentro de um enfoque mais amplo. Snell-Hornby observa que ambas têm muitos pontos em comum, exceto que uma lida com traduções e a outra, com obras originais (*ibidem*, p. 25). Muitos dos pesquisadores mais atuantes nessa área são, de fato, historiadores literários. No entanto, diferentemente dos estudos historiográficos da tradução, no âmbito dos DTS a perspectiva histórica vai servir de suporte a hipóteses variadas, que o pesquisador irá formular e tentar provar, não constituindo um fim em si mesmo. Como aponta James Holmes, em seu famoso artigo *"The name and nature of Translation Studies"* (1988), uma das possíveis metas dos estudos descritivos voltados para o produto (*product-oriented DTS*) pode ser *"uma história geral das traduções – por mais ambicioso que pareça, no momento, tal objetivo"* (p. 72). Embora Holmes não faça esta ressalva, acreditamos que esteja se referindo a uma história sistêmica, que deverá contribuir muito mais para a valorização e o prestígio da área do que uma história determinista, que verá a tradução como um reflexo do espaço social e que se concentrará na enumeração de dados e supostos *"fatos"*.

Portanto, é mais do que natural que haja muitos pontos em comum entre as duas disciplinas, e um deles é o interesse pelo destino das obras fora do país de origem, ou seja, por sua *"fortuna crítica"*.⁶ Tal interesse é bastante acentuado na vertente funcional dos DTS, a

⁵ Ver Jean-Marie Carré. "Prefácio". Em: M.-F. Guyard (1951). *La littérature comparée*. Paris: PUF.

⁶ O termo *"fortuna"* significa, no jargão da literatura comparada, a resposta ou sucesso de uma obra; o impacto que a literatura de um país exerce sobre a literatura de outro país (Carvalho, 1986: 83).

qual não se preocupa em analisar as traduções em si, mas em descrever como estas foram recebidas pelo público em geral e pela crítica, bem como em examinar as imagens que a cultura receptora forma dos autores e obras traduzidos (Holmes, 1988: 72). No entanto, as afinidades identificadas também dizem respeito a aspectos pouco positivos. Assim como a literatura comparada é passível de incorrer num excesso de factualismo e de reincidir no determinismo que caracterizou seus primeiros enfoques, a pesquisa na linha dos DTS também apresenta riscos análogos. A chamada escola francesa dos estudos comparados, identificada com o estudo de fontes e influências tratados como dados separados do todo da obra e com o estabelecimento de relações causais entre obras ou entre autores (Carvalho, 1986: 14 e 36), gerou uma reação liderada por René Wellek,⁷ que se insurgiu contra o "determinismo causal" predominante e deu início à vertente hoje conhecida como a "escola americana" (Coutinho, 2001, p. 169).

Os estudos descritivos da tradução também correm o risco de ter seu enfoque e metodologia de pesquisa associados ao positivismo literário, notadamente historicista, que prevaleceu no século XIX, e ao "psicologismo" do início do século XX. Nesse caso, a obra literária é vista como um documento da história da cultura, das relações sociais ou da biografia do autor. Tanto o pesquisador que adotar esta abordagem quanto o crítico que for analisá-la não podem esquecer que os DTS pressupõem uma concepção sistêmica da literatura, onde predomina a auto-referencialidade e a auto-organização, incompatíveis com o condicionamento externo previsto numa visão determinista.

Chegamos, então, à questão do "descritivismo", mencionada anteriormente. A tendência a incorrer num descritivismo puro e simples, desacompanhado de uma reflexão crítica, é observada com certa frequência tanto em algumas vertentes da literatura comparada quanto nos DTS. A literatura comparada já sofreu muitas críticas por dedicar-se pouco ao esforço de análise crítica dos dados levantados, sendo acusada de limitar-se a "*um estudo restrito a exaustivos levantamentos, verdadeiros exercícios de erudição que, muitas vezes, impressionam mais pelo esforço da pesquisa do que pela agilidade das interpretações resultantes*", devido a propostas que "*sobrecarregam o aparato da investigação sem suscitar as atitudes críticas*", como observa Carvalho (1986, p. 27).

O mesmo pode ser dito sobre os estudos descritivos, igualmente acusados de se furtarem a interpretar os dados que levantam. Talvez essa atitude algumas vezes pouco crítica se deva, em parte, às origens dos DTS, que surgiram como uma reação às abordagens normativas, de teor "essencialista", conforme já mencionado. A preocupação de fugir ao prescritivismo e aos juízos de valor inerentes ao mesmo leva, algumas vezes, os descritivistas a buscarem uma postura "neutra",⁸ eximindo-se de elaborar reflexões críticas. Pode-se observar que, muitas vezes, os estudos descritivos da tradução não partem de uma

⁷ Ver, de R. Wellek, "The name and nature of comparative literature", em *Discriminations: further concepts of criticism* (New Haven: Yale University Press, 1970: 1-36) e "The crisis of comparative literature", texto publicado originalmente nos anais do II Congresso da ICLA (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1959, v. 1, pp. 149-60) e posteriormente republicado em *Concepts of criticism*, do próprio Wellek (New Haven: Yale University Press, 1963, pp. 282-95).

⁸ O termo está sendo empregado, aqui, com referência a uma postura deliberadamente não avaliativa, em que o observador se furta a comentar ou dar explicitamente sua opinião sobre o fato observado. Não se trata, nesse caso, de colocar em jogo a questão epistemológica de ser ou não possível a observação "neutra" de algum fenômeno, ou seja, que pressuponha um distanciamento entre sujeito (observador) e objeto (observado).

hipótese ou de uma pergunta de pesquisa. Limitam-se a levantar dados e a fazer mapeamentos, sem estabelecer relações; o método indutivo torna-se um fim em si mesmo. Além disso, o adjetivo "descritivo", demasiadamente amplo e vago, também não contribui para alertar o pesquisador sobre a necessidade de um rigor científico; como já observado, o termo chega a ser usado com certa frequência para designar genericamente qualquer estudo de *corpus* e/ou comparação textual, mesmo aqueles que não se propõem a alcançar um certo grau de abstração ou teorização. Muitas vezes, inclusive, encerra uma idéia de desaprovação, como na afirmação de Coutinho a respeito do comparatismo francês: "o que ocorreu com frequência foi o rastejo descritivista de traços epidérmicos, que não raro desaguou em labor de cunho simplesmente detetivesco" (2001, p. 168) [meu grifo].

Segundo Heidrun Olinto (1993), enquanto se espera do leitor amador o juízo cotidiano do senso comum, o leitor especializado tem outros compromissos, quais sejam, identificar objetos de estudo, "justificar seus objetivos, expor seus conceitos de literatura e ciência e explicitar os procedimentos usados para permitir a crítica das relações entre hipóteses, argumentos e soluções" (p. 8). Esse comentário parece particularmente oportuno com relação a muitos trabalhos de orientação descritivista que vêm sendo desenvolvidos, e também, em menor grau, à própria formulação teórica dos *Descriptive Translation Studies*. Embora não haja, na bibliografia básica da disciplina, estudos que endossem ou encorajem uma observação acrítica, alguns pesquisadores, até por falta de consciência dos pressupostos articulados na própria abordagem, acabam incorrendo num excesso de factualismo.

Talvez, em parte, por causa desses problemas teóricos, nos últimos anos os DTS perderam espaço para outras abordagens, que alcançaram mais prestígio na academia e passaram a informar um maior número de pesquisas. O caso dos estudos culturais é emblemático. Na medida em que, num sentido estrito, os estudos culturais não têm um objeto de estudo constantemente identificável, nem posições teóricas que lhes sejam exclusivas, é lícito supor que muitos de seus fundamentos constituem aportes de outras disciplinas ou paradigmas. No caso dos estudos de traduções realizados sob o enfoque dos estudos culturais, tão em voga a partir do final dos anos 90, a base teórico-metodológica utilizada teve como origem os DTS. Isso pôde ocorrer devido às muitas afinidades entre os pressupostos dos DTS, com sua concepção de literatura como sistema, e as propostas das disciplinas que informaram e deram origem aos estudos culturais, em especial a teoria dos padrões de cultura e a teoria social da cultura. O reconhecimento da importância de manifestações como a cultura popular e outras formas marginalizadas de expressão, tão característico dos estudos culturais, também encontra respaldo no enfoque sistêmico e relacional dos DTS, que, como já observamos, consideram as formas não-canônicas de escritura, inclusive traduções e literatura infantil, objetos de pesquisa legítimos.

A grande diferença entre as duas perspectivas está, no entanto, na forte dimensão política que os estudos culturais acrescentam a seus objetos de estudo, o que não acontece no âmbito dos DTS. Observa-se, em especial, na primeira perspectiva, um desejo de *compreender* e de *mudar* as estruturas de dominação na sociedade. Esse engajamento mostra-se particularmente evidente nos Estados Unidos, onde o estudo da tradução dentro de um arcabouço teórico cada vez mais identificado com os estudos culturais – e claramente oposto ao paradigma lingüístico – tornou-se uma atividade altamente politizada. A abordagem dos estudos culturais atribui à tradução o poder de transportar atitudes ideológicas e vê o seu estudo como uma forma não só de revelar essas atitudes mas também de usar o processo tradutório para desafiar posturas hegemônicas diante da sociedade e da cultura. A idéia, portanto, não é apenas dar primazia a questões culturais ou levá-las em conta, mas sim usar a tradução – e o seu estudo – como arma para combater o colonialismo, o racismo e outros preconceitos.

A conseqüência disso é uma crescente ênfase nesse paradigma em detrimento do modelo dos DTS, que não oferece tantas possibilidades de uma tomada de posição política explícita através da pesquisa. Segundo Lawrence Venuti (1998), a partir dos anos 90, nenhuma outra abordagem está, aparentemente, despertando tanto interesse quanto os estudos culturais, com sua preocupação em examinar o modo como os valores, ideologias e instituições resultam em práticas diferentes em momentos históricos distintos. Com isso, o modelo descritivo, que dos anos 80 a meados de 90 conheceu seu apogeu nas instituições de ensino e pesquisa européias, principalmente, deixou de ter posição igualmente destacada na academia norte-americana, que inegavelmente irradia suas preferências teóricas para além de suas fronteiras. Isso significa que a ênfase nos estudos culturais observada nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, com seu forte componente político e de ação, dificilmente viabilizará a preservação do prestígio (e da produtividade) de um paradigma que apenas “descreve e explica”, apesar do seu ineditismo na ruptura com a tradicional postura prescritiva e da sua generosidade em compartilhar construtos teóricos e metodologia de pesquisa.

Mas a principal crítica a ser feita diz respeito ao modelo como um todo: trata-se da relativa despreocupação em explicitar os fundamentos epistemológicos da teoria e em (re)definir conceitos importantes. Os descritivistas costumam dizer que seu interesse não é avaliar em que medida o tradutor apreendeu a “essência” de um texto, ou se o tradutor A apreendeu-a melhor que o tradutor B, “mas sim ‘Quais são as forças literárias que produziram as traduções A e B?’ e ‘Qual é a posição das traduções A e B dentro de sua literatura?’” (Milton, 1998, p. 188). No entanto, essa colocação omite um estágio importante na concepção do modelo, que indica a presença implícita de premissas decorrentes de uma nova postura epistemológica. É plausível construir a hipótese de que o pesquisador inserido na moldura dos DTS deixou

de se preocupar em avaliar em que medida o tradutor apreendeu a "essência" do texto *porque a sua concepção de mundo mudou* – e, conseqüentemente, a de linguagem, de texto e de tradução – e, não, porque simplesmente passou a preferir uma outra perspectiva analítica, ou seja, *descritivo-explanatória* ao invés de *normativa*. Numa postura que parece desautorizar tanto a crença na intenção autoral como doadora de sentido ao texto literário, a qual atravessou os séculos e teve seu apogeu no período iluminista, como os postulados da Nova Crítica americana, que localiza o sentido na estrutura textual, os DTS não podem se preocupar com algo que, teoricamente, não existe, ou seja, a "essência" do texto literário. Na busca de novas molduras teóricas que possam formalizar essa percepção, voltam-se para um modelo sistêmico que nega a idéia do sentido imanente ao texto e explica as transformações através de um complexo movimento de auto-reprodução, como explicitado por Gebhard Rusch (1996). Nesse tipo de modelo, trabalha-se com policentros, abandonando as dicotomias que fazem calar um dos dois elementos da relação, tornando-o invisível. As fronteiras, outrora nítidas, tornam-se porosas, possibilitando a contaminação e gerando uma mobilidade constante.

No entanto, esses pressupostos, aparentemente subjacentes ao modelo sistêmico adotado, não são claramente explicitados nos escritos dos teóricos descritivistas. De modo geral, Even-Zohar, Toury e outros preferem tratar diretamente dos conceitos propriamente ditos – como polissistema e normas de tradução – a deter-se sobre as bases epistemológicas nas quais tais conceitos se fundam (e que os viabilizam). Podemos encontrar, tanto nas idéias pós-estruturalistas de pensadores franceses e americanos, como no construtivismo de Siegfried Schmidt e colegas, pressupostos compatíveis com o modelo descritivista e nos quais este poderia fundamentar-se. No entanto, embora se perceba, pelas bibliografias e referências dos proponentes desse paradigma, a forte ascendência intelectual exercida por tais escolas de pensamento, nada disso é explicitado textualmente.

As necessárias redefinições de conceitos tradicionais, decorrentes de qualquer mudança de percepção, também não são apresentadas nos textos informados pelo paradigma dos DTS; talvez por temer o risco de cair num indesejável substancialismo, os descritivistas muitas vezes deixam de redefinir noções como "literatura", "texto", "leitura" e até mesmo "cultura". No entanto, é preciso que o pesquisador leve em conta que o paradigma não pressupõe, de forma clara e inquestionável, a concepção de mundo, de leitura (incluindo-se, aí, a questão do significado) e de tradução a partir da qual os estudos serão feitos. Conseqüentemente, será necessário explicitar tais concepções – a partir de inferências plausíveis – de uma forma absolutamente coerente com o modelo, para não colocar em risco a solidez teórica da pesquisa.

Abstract

The purpose of this article is twofold: (i) to review the major contributions of the theoretical framework known as Descriptive Translation Studies, developed in the mid-seventies by a group of European scholars concerned with the study of literary translations, and (ii) to discuss some theoretical gaps and flaws of the descriptive approach which have not been properly dealt with. The descriptive approach is based on the following assumptions: (i) a view of literature as a complex and dynamic system; (ii) a conviction that there should be a continual interplay between theoretical models and practical case studies; (iii) an approach to literary translation which is descriptive, target-oriented, functional and systemic; (iv) and an interest in the norms and constraints that govern the production and reception of translations, in the relation between translation and other types of text processing, and in the place and role of translation both in a given literature and in the interaction between literatures. In the last twenty-five years, the descriptive approach has been informing a great number of studies of the translated literature system in several cultures, particularly in Europe, but it still presents some flaws which should be resolved to improve the theory. Among such flaws there is the tendency to be too descriptive, to the point of failing to think critically, and the lack of explicit epistemological assumptions and redefinitions of key concepts.

Keywords: Polysystem theory. Descriptive translations studies. Translation norms.

Referências

- AGUIAR, Ofir Bergemann de. Tradução e literatura: os folhetins traduzidos e a introdução da obra de ficção em prosa. In: MARTINS, Marcia A. P. (Org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna: PUC-Rio, 1999. p. 136-152.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- COUTINHO, Eduardo F. Reflexões sobre uma nova historiografia literária na América Latina. *PaLavra*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 167-181, 2001.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *Paper in historical poetics*. Tel-Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1978.
- _____. Polysystem studies. *Poetics Today*, Tel-Aviv, v. 11, no. 1, p. 1-6, Spring 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GENTZLER, Edwin. *Contemporary translation theories*. London; New York: Routledge, 1993.
- _____. Foreword. In: ROBINSON, Douglas. *What is translation?: centrifugal theories, critical interventions*. Kent: Kent State UP, 1997. p. ix-xvii.
- HERMANS, Theo. Translation studies and a new paradigm. In: HERMANS, T. (Ed.). *The manipulation of literature*. London: Croom Helm, 1985. p. 7-15.
- _____. Toury's empiricism version one: review of Gideon Toury's in search of a theory of translation, *The Translator*, Manchester, v. 1, no. 2, p. 215-223, 1995.
- HOLMES, James. The name and nature of translation studies. In: _____. *Translated papers on literary translation and translation studies*. Amsterdam: Rodopi, 1988.
- LEFEVERE, Andre. Beyond the process: literary translation in literature and literary theory. In: ROSE, Marilyn Gaddis (Ed.). *Translation spectrum: essays in theory and practice*. Albany: SUNY, 1981.
- _____. Translation: its Genealogy in the West. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (Ed.). *Translation, history and culture*. London: Pinter, 1990. p. 14-28.
- _____. Why waste our time on rewrites?: the trouble of interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm. In: HERMANS, T. (Org.). *The manipulation of literature: studies in literary translation*. London: Croom Helm, 1985. p. 215-243.
- MARTINS, Marcia A. P. *A instrumentalidade do modelo descritivo para a análise de traduções: o caso dos Hamlets brasileiros*. 1999 Tese

- (Doutorado em Comunicação e Semiótica)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. A contribuição da teoria de sistemas à teoria da tradução. In: CONGRESSO DA ABRALIC, 5., Rio de Janeiro, 1997. *Anais*. Rio de Janeiro: Abralic, 1998. v. 1: Cânones e contextos, p. 297-301.
- NEWMARK, Peter. *Approaches to translation*. London: Pergamon Press, 1982.
- OLINTO, Heidrun K. Interesses e paixões: histórias de literatura. In: OLINTO, Heidrun K. (Org.). *Histórias de Literatura*. São Paulo: Ática, 1996. p. 15-45.
- _____. Letras na página, palavras no mundo: novos acentos sobre estudos de literatura. *PaLavra*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-40, 1993.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Unesp, 2000.
- RUSCH, Gebhard. Teoria da história, historiografia e diacronologia. Tradução de Heidrun K. Olinto. In: OLINTO, Heidrun K. (Org.). *Histórias de Literatura*. São Paulo: Ática, 1996. p. 133-167.
- SCHMIDT, Siegfried. A ciência da literatura empírica: um novo paradigma. In: OLINTO, Heidrun K. *Ciência da literatura empírica: uma alternativa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 35-52.
- _____. *Foundation for the empirical study of Literature: the components of a basic theory*. Tradução para o inglês e revisão de Robert de Beaugrande. Hamburg: Buske, 1982.
- SNELL-HORNBY, Mary. *Translation studies: an integrated approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1988.
- TOURY, Gideon. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- _____. *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv University, 1980.
- TYNIANOV, Yuri. Da evolução literária. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução brasileira de Ana Mariza Filipouski, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antônio Carlos Hohlfeldt. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 105-118.
- VENUTI, Lawrence. American tradition. In: BAKER, M. (Ed.). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London; New York: Routledge, 1998.
- VIEIRA, Else R. P. André Lefevere: a teoria das refrações e da tradução como reescrita. In: VIEIRA, Else R. P. (Org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, 1996. p. 138-150.

ZLATEVA, Palma. Translation: text and pre-text: "adequacy" and "acceptability" in crosscultural communication. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (Ed.). *Translation, history and culture*. London: Pinter, 1990. p. 29-37.